CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Prefeitura de São Paulo pagou R$ 114 milhões à ONG presidida por produtora de Dark Horse

Fonte original: Brasil 247. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Brasil 247 (brasil247.com)
Autor	Otávio Rosso
Data de publicação	20/07/2026 08:04
URL original	https://www.brasil247.com/sudeste/prefeitura-de-sao-paulo-pagou-r-114-milhoes-a-ong-presidida-por-produtora-de-dark-horse/
Relevância	Baixa · Contratos e dinheiro público · Artigo
Pessoas citadas	Ricardo Nunes, Karina Gama, Janaína Paschoal, Jair Bolsonaro
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Complexsys, Secretaria Municipal de Inovação, Instituto Outra, Google
Data da coleta	29/09/2026 10:07
Situação	No ar · última verificação 27/11/2026 20:05
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Do total questionado, cerca de R$ 11 milhões referem-se a pagamentos destinados às empresas Make One, Ultra IP, Complexsys e Favela Conectada.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Brasil 247

RESUMO

247 – A Prefeitura de São Paulo informou ter desembolsado R$ 114 milhões ao Instituto Conhecer Brasil (ICB), organização responsável pelo programa Wi-Fi Livre SP e presidida por Karina Ferreira da Gama, proprietária da produtora Go Up Entertainment, responsável pelo filme Dark Horse. O que diz o Instituto Conhecer Brasil Em nota ao Metrópoles, o Instituto Conhecer Brasil afirmou que não recebeu notificação sobre os R$ 13 milhões em notas fiscais questionadas pela prefeitura.

247 – A Prefeitura de São Paulo informou ter desembolsado R$ 114 milhões ao Instituto Conhecer Brasil (ICB), organização responsável pelo programa Wi-Fi Livre SP e presidida por Karina Ferreira da Gama, proprietária da produtora Go Up Entertainment, responsável pelo filme Dark Horse. O contrato é investigado pela Polícia Civil, que apura suspeitas de desvios de recursos para a produção da cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro. As informações foram reveladas pelo Metrópoles, com base em documentos obtidos junto à administração municipal.

Os valores constam em um ofício enviado pela gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) em resposta a questionamentos da vereadora Janaína Paschoal (PP). Segundo o documento, o município pagou R$ 68 milhões entre julho de 2024 e junho de 2025 para instalação e manutenção dos pontos de internet gratuita. Em seguida, foram destinados outros R$ 45 milhões para manutenção do serviço entre julho de 2025 e maio de 2026.

Durante a execução do contrato, o Instituto Conhecer Brasil devolveu aproximadamente R$ 2 milhões, segundo a prefeitura. A administração municipal informou que esses ressarcimentos ocorreram em razão de irregularidades identificadas, fiscalizações e tarifas bancárias.

A prefeitura também afirmou que a meta inicial de implantação de 5 mil pontos de Wi-Fi foi revista para 3,2 mil pontos, sustentando que não houve pagamento pelos equipamentos que deixaram de ser instalados. Em resposta às verificações realizadas pela equipe da vereadora, que afirmou não ter localizado parte dos equipamentos previstos, a gestão municipal declarou:

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

“A diferença decorre da dinâmica de manutenção descrita no item anterior e dos prazos de atualização de cada plataforma. Como os equipamentos danificados sofrem remanejamento constante para novos endereços, a listagem de localidades é alterada mensalmente a cada fechamento de processo de pagamento.”

Segundo a prefeitura, o sistema opera com monitoramento permanente e, quando há casos de vandalismo ou danos aos equipamentos, os pontos são transferidos para locais próximos.

Prefeitura questiona R$ 13 milhões em notas fiscais

O contrato também passou a ser alvo de uma auditoria da própria administração municipal. Conforme revelado anteriormente pelo Metrópoles, a prefeitura identificou R$ 13 milhões em notas fiscais consideradas suspeitas na prestação de contas apresentada pelo ICB.

Em 1º de julho, a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia notificou a entidade sobre inconsistências em documentos referentes ao primeiro semestre de 2025. Entre os problemas apontados estão descrições genéricas de despesas, ausência de detalhamento dos serviços executados e notas fiscais canceladas após a emissão.

Do total questionado, cerca de R$ 11 milhões referem-se a pagamentos destinados às empresas Make One, Ultra IP, Complexsys e Favela Conectada. Segundo a prefeitura, a documentação apresentada não detalha a área de atuação, os pontos de acesso instalados nem o escopo preciso das atividades realizadas.

Um dos casos destacados envolve um pagamento de R$ 500 mil à empresa Favela Conectada. De acordo com a administração municipal, a nota fiscal correspondente foi cancelada pela própria empresa dias após a prefeitura apontar irregularidades.

Outro ponto levantado diz respeito a três pagamentos realizados à empresa JR Feijão Ltda., do setor alimentício, que somam R$ 406.752,50. As notas fiscais, emitidas sob a descrição genérica de “aquisição de material”, foram canceladas poucos dias depois. Diante disso, a prefeitura considerou as despesas ilegítimas e determinou a devolução dos recursos.

Também foram questionados dois pagamentos feitos à Talk Comunicações, nos valores de R$ 166.666 e R$ 181.818, referentes a um contrato descrito como de “comunicação massificada”. Segundo a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, a documentação não informa quais localidades foram alcançadas nem apresenta comprovação das campanhas realizadas, motivo pelo qual exigiu relatórios de veiculação e comprovantes de mídia.

O Instituto Conhecer Brasil recebeu prazo de 30 dias para apresentar justificativas e documentação complementar. Caso as explicações não sejam aceitas, a entidade poderá ser obrigada a devolver os recursos apontados como irregulares.

Crescimento acelerado do Instituto

Outra informação destacada pelo Metrópoles é o crescimento financeiro do Instituto Conhecer Brasil nos últimos anos. Segundo dados da própria entidade, o faturamento passou de R$ 306 mil, ao fim de 2022, para R$ 54 milhões no encerramento de 2025 — um aumento de aproximadamente 170 vezes.

Desse total, R$ 51,9 milhões foram registrados como receitas provenientes de parcerias e subvenções governamentais, além de outros valores oriundos de atividades ligadas à educação e à prestação de serviços.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

O que diz o Instituto Conhecer Brasil

Em nota ao Metrópoles, o Instituto Conhecer Brasil afirmou que não recebeu notificação sobre os R$ 13 milhões em notas fiscais questionadas pela prefeitura.

Segundo a entidade:

“Até o momento, toda a nossa prestação de contas junto aos órgãos competentes segue dentro da regularidade, conforme os procedimentos previstos em contrato.”

O instituto acrescentou que:

“Permanece à disposição para prestar esclarecimentos às autoridades e aos veículos de comunicação sempre que for oficialmente comunicada sobre qualquer questionamento ou procedimento envolvendo suas atividades.”

❗ Se você tem algum posicionamento a acrescentar nesta matéria ou alguma correção a fazer, entre em contato com .

✅ Receba as notícias do Brasil 247 e da TV 247 no Telegram do 247 e no canal do 247 no WhatsApp.

Marque o Brasil 247 como fonte preferida no Google:

Apoie o jornalismo independente do 247:

Dark Horse | prefeitura | são paulo

Fonte original: https://www.brasil247.com/sudeste/prefeitura-de-sao-paulo-pagou-r-114-milhoes-a-ong-presidida-por-produtora-de-dark-horse/ · Coletado em 29/09/2026 10:07 · Gerado em 28/11/2026 00:02

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.